



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº : 10650.001591/2001-21
Recurso nº : 139.818
Matéria : IRPF – EX: 1997
Recorrente : AILON ROCHA PRATA
Recorrida : 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG
Sessão de : 07 de julho de 2005
Acórdão nº : 102-46.939

NORMAS PROCESSUAIS – RECURSO VOLUNTÁRIO – PEREMPÇÃO – A apresentação da peça recursal a destempo configura ofensa à norma do artigo 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, e o fim da relação processual pela perempção.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AILON ROCHA PRATA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso, por intempestivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

NAURY FRAGOSO TANAKA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 12 AGO 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA, JOSÉ OLESKOVICZ, ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO, JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS, SILVANA MANCINI KARAM e ROMEU BUENO DE CAMARGO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº : 10650.001591/2001-21
Acórdão nº : 102-46.939

Recurso nº : 139.818
Recorrente : AILON ROCHA PRATA

RELATÓRIO

Litígio decorrente do inconformismo do contribuinte com a decisão de primeira instância, fls. 24 a 28, na qual a exigência tributária formalizada pelo Auto de Infração, de 16 de novembro de 2001, fl. 05, com crédito de R\$ 165,74, foi considerada, por unanimidade de votos, procedente.

O crédito tributário é composto pela multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual do exercício de 1997, uma vez que esta obrigação foi cumprida a destempo em 17 de outubro de 2001, conforme indicado no referido ato e na cópia desse documento juntada à fl. 22.

A exigência teve suporte legal no artigo 88 da lei nº 8.981, de 1995 e demais indicados no corpo do feito, que permitem conhecimento complementar sobre o cumprimento da obrigação acessória.

Consta, ainda, propriedade de empresa individual na declaração de bens, fl. 22.

Não conformado com a dita penalidade o contribuinte interpôs impugnação, fl. 1, na qual alegou ter comunicado a infração ao Delegado da Receita Federal em Uberaba, MG, e pedido pelo benefício da denúncia espontânea prevista no artigo 138, do CTN, fls. 7 e 8.

O respeitável colegiado julgador da 1ª Turma da DRJ em Juiz de Fora, MG, considerou procedente o feito, com suporte no fato da entrega ter ocorrido após a conclusão do correspondente prazo legal e na participação do sujeito passivo no capital social de empresa. A decisão foi consubstanciada no Acórdão 4.596, de 23 de setembro de 2003.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº : 10650.001591/2001-21

Acórdão nº : 102-46.939

A denúncia espontânea não foi acolhida considerando que a obrigação acessória constitui uma "obrigação de fazer" em prazo certo, o que torna o seu descumprimento uma infração de autoria da pessoa obrigada e que a sujeita à correspondente penalidade.

Complementando o raciocínio, o inadimplemento da obrigação torna ostensiva a infração à Administração Tributária, situação que não permite a subsunção à norma do artigo 138 do CTN, dada a ausência de fato a denunciar.

O sujeito passivo interpôs recurso dirigido ao E. Primeiro Conselho de Contribuintes, sem, no entanto, observar o prazo legal para esse fim, pois tendo ciência da decisão em 17 de dezembro de 2003, fl. 30-verso, usou, a destempo, do direito de recorrer em 20 de janeiro de 2004, fl. 31.

Nesse ato, reiterada a argumentação posta na impugnação.

Dispensado o arrolamento de bens nos termos da IN SRF n.º 264/2002.

É o Relatório.

A signature in black ink, appearing to read 'J. M. S. Sampaio'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº : 10650.001591/2001-21

Acórdão nº : 102-46.939

V O T O

Conselheiro NAURY FRAGOSO TANAKA, Relator

O prazo legal para dirigir contestação, via recurso, à instância superior de julgamento, é de 30 (trinta) dias e encontra-se previsto no artigo 33 do Decreto n.º 70.235, de 1972⁽¹⁾.

Neste processo, consta que a peça recursal foi recepcionada na unidade de origem em **20 de janeiro de 2004**, enquanto a ciência da decisão de primeira instância ocorreu em 17 de dezembro de 2003, fl. 30-verso.

O prazo para interposição do recurso expirou, então, em 16 de janeiro de 2004, considerando que a contagem é seqüencial e ininterrupta, na forma do artigo 5º do referido ato legal⁽²⁾.

Nos documentos que instruem o processo não se constata qualquer embaraço à defesa do contribuinte, pois a situação externa encaminhamento das correspondências ao mesmo endereço, fato que, na ausência de outras informações, inibe qualquer alegação a respeito de eventual não recebimento ou desconhecimento da intimação portadora de cópia da referida decisão.

O direito exercido após a conclusão do prazo processual a ele determinado não se reveste de eficácia, uma vez que corresponde à situação

¹ Decreto n.º 70.235, de 1972 - Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

² Decreto nº 70.235, de 1972 - Art. 5º Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº : 10650.001591/2001-21

Acórdão nº : 102-46.939

albergada pela figura da perempção³, e traduz o fim da respectiva relação processual.

Como o processo veio a esta instância para que fosse verificada essa condição, conforme determinado pela norma do artigo 35, do Decreto nº 70.235, de 1972(⁴), frente aos documentos que o instruem, deve ser considerada ocorrida a perempção, concretizada pela inobservância ao referido prazo.

Isto posto, considero o recurso perempto, motivo para que meu **voto seja no sentido de não conhecer da peça recursal.**

Sala das Sessões - DF, em 6 de julho de 2005.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Naury Fragoso Tanaka', is placed over a stylized, decorative flourish.

NAURY FRAGOSO TANAKA

³ Perempção – (...) Mas, no sentido técnico do Direito, perempção tem conceito próprio, embora resulte na extinção ou na morte de um direito. E, assim, exprime propriamente o aniquilamento ou a extinção, relativamente ao direito para praticar um ato processual ou continuar o processo, quando, dentro de um prazo definido e definitivo, não se exercita o direito de agir ou não se pratica o ato. SILVA, P.; FILHO, N.S.; ALVES, G.M. Vocabulário Jurídico, 2.^a Ed. Eletrônica, Forense, [2001?] CD ROM. Produzido por Jurid Publicações Eletrônicas

⁴ Decreto nº 70.235, de 1972 - Art. 35. O recurso, mesmo perempto, será encaminhado ao órgão de segunda instância, que julgará a perempção.